

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA -  
CAMPUS SÃO PAULO PIRITUBA**

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM HUMANIDADES:  
EDUCAÇÃO, POLÍTICA E SOCIEDADE**

**MOVIMENTOS DE MULHERES E DITADURA: APROXIMAÇÕES E  
DISTANCIAMENTOS ENTRE O MFPA E O MOVIMENTO  
FEMINISTA**

**MICHELE PEREIRA SOUSA**

**SÃO PAULO  
2021**

**MICHELE PEREIRA SOUSA**

**MOVIMENTOS DE MULHERES E DITADURA: APROXIMAÇÕES E  
DISTANCIAMENTOS ENTRE O MFPA E O MOVIMENTO  
FEMINISTA**

Monografia de conclusão de curso de Pós-graduação  
*Lato Sensu* em Humanidades: Educação, Política e  
Sociedade, do Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia - Campus São Paulo Pirituba.

Orientadora:  
Ana Carolina Vila Ramos dos Santos

**SÃO PAULO  
2021**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Preparada pelo Serviço de Biblioteca e Informação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo campus São Paulo Pirituba

Sousa, Michele Pereira.

S725m Movimentos de mulheres e ditadura: aproximações e distanciamentos entre o MFPA e movimento feminista. / Michele Pereira Sousa. -- São Paulo Pirituba, 2021.

40 p. : il. color.; 29,8 cm.

Bibliografia: p. 31-35.

Inclui anexo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)--Curso Pós-Graduação Lato Sensu em Humanidades, Educação, Política e Sociedade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus São Paulo Pirituba, 2021.

Orientador: Prof. Dra. Ana Carolina Vila Ramos dos Santos.

1. Mulheres. 2. Feminismo. 3. Ditadura. 4. História - Brasil. I. Santos, Ana Carolina Vila Ramos dos. II. Título.

CDD – 305.420981

Elaborado por CRB 8/8946

## **RESUMO**

Esse trabalho traz um pouco de como as mulheres se articularam durante a ditadura militar brasileira, considerando como marco para essas manifestações o ano de 1975, que foi proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher que, mesmo de maneira indireta, legitimou a atuação política das mulheres e foi responsável por uma efervescência de manifestações no Brasil. Essa excitação levou a diversas formas de organização feminina, entre elas estão o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) e o Movimento Feminista. Ambos tinham o objetivo de impulsionar a atuação de mulheres na política e questionar as práticas arbitrárias do governo ditatorial. Mesmo tendo objetivos e práticas em comum não é possível classificá-los como variantes do mesmo movimento, um indício disso é a negação do feminismo por parte de Therezinha de Godoy Zerbini, uma das fundadoras do MFPA e dirigente nacional do movimento. Por isso essa pesquisa exploratória apresenta a história dos dois movimentos; aponta elementos na história de vida de Therezinha Zerbini que podem ajudar a compreender sua resistência em relação ao feminismo, prática comum a outras mulheres também; exhibe os movimentos de aproximação e distanciamento entre os dois grupos; aponta as conquistas que ambos obtiveram; além de reflexões sobre as formas de abordar os estudos sobre movimentos femininos.

**Palavras-chave:** Movimentos; Mulheres; Política; Ditadura.

## **ABSTRACT**

This work brings a little bit about women's articulation in Brazilian's military dictatorship, taking as a milestone to the manifestations the 1975's year, when was proclaimed by the United Nations (UN) the Women's international year that, even indirectly, legitimated the political articulation of women and was responsible for an effervescence in Brazil. That commotion has originated many forms of female organization, among them are the women's movement to amnesty and the feminist movement. Both have had as objective to boost women's political action and to question the arbitrary practices of the dictatorship government. Despite they have similar objectives and practices they cannot be considered variations of the same movement, an indication of that is the denial of feminism by Therezinha de Godoy Zerbini, one of the founders of the women's movement to amnesty and national leader of that movement. So, this exploratory research presents the story of both; points out elements in Terezinha Zerbini life history's that can throw light in her resistance to feminism, common practice to other women; displays the movements of convergence and distance between the two groups; points the achievements that both had; in addition, provides considerations about the ways of female movements' studies.

**Key words:** Movements; Women; Political; Dictatorship.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço todas as pessoas que me incentivaram a prosseguir com a pesquisa que iniciei durante a graduação, em especial as mulheres que convivem comigo, minha mãe Luciene, e as amigas Anna Catarina, Anna Clara, Andreia, Emanuela, Fernanda e Giovanna, as quais admiro por serem mulheres periféricas que lutam, cada qual ao seu modo, por uma sociedade mais justa para todas as pessoas.

Também agracio todos os meus colegas de turma por todas as trocas de experiências e conhecimentos compartilhados, principalmente a Adla, Eliane, Everton, Helena, Nathane, Olga e Yanê, os quais contribuíram com o trabalho desenvolvido, apresentando referências, apontando questões na construção do trabalho e estimulando a continuidade do mesmo diante da pandemia que abalou a todos.

Ao professor Vagner Luis da Silva apresento minha sincera gratidão por ter acompanhado a minha primeira apresentação em um congresso, ter apontado a relevância do trabalho, sugerido uma conversa com minha atual orientadora e por ter me incentivado a continuar a pesquisa em uma pós-graduação *stritu sensu*.

Agracio também minha orientadora Ana Carolina Vila Ramos dos Santos, por todo o suporte dado ao longo do desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, sendo uma orientadora presente que sempre estimula seus orientandos.

Por fim, expresso meus sinceros agradecimentos a Giuliano Galli, coordenador de jornalismo e liberdade de expressão do Instituto Vladimir Herzog, por ter me fornecido as edições dos jornais Sociedade Brasil Mulher e Maria Quitéria, que levaram aos questionamentos que resultaram nessa pesquisa, além de fornecer as entrevistas relacionadas ao tema que foram concedidas ao projeto “Resistir é preciso...”.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
A DITADURA MILITAR E O ANO INTERNACIONAL DA MULHER .....	11
O movimento Feminista da década de 1970 .....	12
Formação e atuação do Movimento Feminino Pela Anistia .....	16
AFINAL, QUEM ERA A CONTROVERSA THEREZINHA ZERBINI? .....	19
RELAÇÕES ENTRE O MFPA E O MOVIMENTO FEMINISTA (1970).....	25
Aproximações e distanciamentos entre os dois movimentos.....	25
E todas tiveram suas conquistas.....	27
PARA CONCLUIR: REFLEXÕES PROPORCIONADAS PELO TRABALHO .....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	31
ANEXO .....	37

## INTRODUÇÃO

Para explicar como foram feitas as escolhas do tema e o recorte temporal do trabalho desenvolvido é necessário contar um pouco sobre o local onde cresci, o distrito de Perus, localizado na periferia da região noroeste da cidade de São Paulo - SP.

Perus surgiu a partir de um bairro operário formado no entorno da primeira fábrica de cimento do país, a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, a qual protagonizou a maior greve da história do Brasil, tendo uma duração de 7 anos.

A greve teve início no ano de 1962 e tinha entre as principais reivindicações o pagamento de salários atrasados, reajuste salarial, a redução da jornada de trabalho e melhoria nas condições de trabalho. O grupo que fazia as reivindicações adotou o nome de queixadas, referência ao animal, espécie de porco do mato, que só anda em grupo e bate o queixo quando se sente ameaçado. Essa referência ao animal é importante porque alude a uma das características do grupo, o da “não-violência-ativa”, estratégia que ficou eternizada pela expressão *Firmeza Permanente*, que até hoje é citada entre os moradores do bairro.

A greve teve fim quando a justiça determinou que os sindicalistas estáveis fossem reincorporados a fábrica, mas essa determinação não contemplou os 300 grevistas não estáveis, que ficaram sem emprego e não foram indenizados.

O ano de 1969 marcou o término da greve, a qual fora organizada por operários da periferia da maior cidade do país. É importante frisar que a greve teve início antes do golpe militar de 1964, no entanto atravessou o período mais duro da ditadura militar brasileira.

É preciso recordar que, durante o regime militar, tentaram esconder em Perus atrocidades cometidas durante a ditadura. Em 1990 foi descoberta uma vala clandestina no cemitério Dom Bosco, localizado no distrito, que continha mais de mil ossadas, através de investigações constatou-se que ali estavam desaparecidos políticos assassinado pelo Estado ditatorial.

A descoberta da vala se deu durante o governo municipal da prefeita Luiza Erundina que, junto aos familiares de desaparecidos políticos escreveram a frase abaixo, e desde então está escrita no muro do cemitério Dom Bosco:

Aqui os ditadores tentaram esconder os desaparecidos políticos, as vítimas da fome, da violência do estado policial, dos esquadrões da morte e sobretudo os direitos dos cidadãos pobres da cidade de São Paulo. Fica registrado que os crimes contra a liberdade serão sempre descobertos – Luiza Erundina de Souza e Comissão de Familiares de Presos Políticos Desaparecidos.



Atualmente as ossadas encontradas estão sob responsabilidade da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), que por falta de mão de obra especializada (antropólogos forenses) passou a ofertar a pós graduação *latu sensu* em antropologia forense, sendo a única do estado de São Paulo a ofertar tal formação.

No período em que a UNIFESP se tornou responsável pelo material eu estava cursando ciências sociais na mesma universidade, em decorrência disso resolvi estudar algo relacionado a ditadura militar brasileira, como forma de conhecer mais sobre o período histórico que marcou fortemente o bairro onde moro. Foi por causa desse

Já o tema movimentos de mulheres e ditadura foi escolhido porque, enquanto tentava pesquisar jornalistas mulheres que atuaram no período, notei que havia uma forte relação entre as jornalistas dos jornais feministas do período, Sociedade Brasil Mulher (BM), Nós Mulheres e Mulherio e as mulheres periféricas, as quais pretendo estudar mais em um próximo trabalho.

Os periódicos feministas começaram a surgir em 1975, após a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamar esse mesmo ano como o Ano Internacional da Mulher, marcado pela I Conferência Mundial da Mulher, realizada no México.

Com isso, a monografia da graduação foi desenvolvida a partir da análise do BM, pois ao longo de suas edições foi possível notar que havia divergências entre o grupo editorial no que diz respeito à identidade feminista do jornal, pois uma de suas fundadoras, Therezinha de Godoy Zerbini (Anexo I) que também é uma das fundadoras do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), considerava que essa não era uma pauta primordial no momento e que suas energias deveriam se voltar para o fim do regime militar e pela anistia.

Apesar de ter citado essas divergências na monografia elas não foram aprofundadas, por isso serão exploradas no presente trabalho. Com o desenvolvimento dessa pesquisa explorou-se, através da figura de Therezinha Zerbini, como integrantes de movimentos de mulheres olhavam para as pautas do movimento feminista da década de 1970 e como se deu essa relação, uma vez que Therezinha contou em entrevistas que fora taxada de feminista algumas vezes.

Para isso foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório, que iniciou com um processo de revisão bibliográfica relacionada ao período histórico. Além disso, foram analisadas entrevistas (concedidas para publicação em periódicos, artigos científicos e em formato de vídeo), para além de imagens e consulta a jornais do período.

A pesquisa inicia com a contextualização da história de ambos os movimentos, desde o seu surgimento, incluindo seus conflitos internos e externos, aproximações e distanciamentos, mas sobretudo ressaltando as suas principais conquistas. O objetivo é descortinar a

multiplicidade de projetos, ações, valores e estratégias em jogo no movimento de mulheres e/ou feminista na década de 1970.

Após essa apresentação dos movimentos foram feitas duas análises, a primeira com foco nos elementos que eles tinham em comum e que possibilitavam associá-los; e a segunda será voltada às diferenças atribuídas por suas integrantes, não com o intuito de rivalizá-los apenas de distingui-los.

Ao final, destacou-se as conquistas que ambos tiveram enquanto movimentos de mulheres, mesmo percorrendo caminhos distintos. Isso foi feito para que os distanciamentos entre eles não tenham mais destaque do que seus êxitos

## **A DITADURA MILITAR E O ANO INTERNACIONAL DA MULHER**

Entre os anos de 1964 e 1985 o Brasil esteve sob uma ditadura militar, que ao contrário dos demais países do cone sul<sup>1</sup>, não foi marcada pela figura central de um ditador, mas comandada por diferentes dirigentes do exército brasileiro.

O regime militar brasileiro foi caracterizado pela repressão às diversas formas de manifestação contrárias ao governo, o que desencadeou em uma série de medidas criminosas por parte do Estado, incluindo crimes hediondos como a tortura, o assassinato e a ocultação de cadáver, tudo isso sob a justificativa de tentar salvar o país de um mal maior, o comunismo.

A ditadura brasileira também teve entre suas principais características a censura política e a censura moral, em que a primeira tinha por objetivo inibir toda e qualquer forma de oposição ao regime e a segunda de ditar padrões de comportamento social que o Estado considerava adequados.

A censura moral influenciou diretamente na maneira como era concebida a figura da mulher na sociedade, a qual deveria privar-se dos espaços públicos para atuar estritamente nos espaços privados, dedicando-se às atividades domésticas. Dentro desse cenário não havia espaço para conceber a mulher enquanto agente de oposição política. No entanto, de acordo com uma fala de Maria Lygia Quartim de Moraes, presente em entrevista realizada pelo Instituto Vladimir Herzog (2011), esse descrédito da figura da mulher proporcionou a elas uma livre articulação.

Foi através da pressão realizada por mulheres latino-americanas que a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, mesmo diante das ditaduras do cone sul.

O ano fora marcado por várias atividades, tendo destaque para a oficialização do dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher e a realização da I Conferência Mundial da Mulher, realizada na Cidade do México, que tinha como lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” e como tema “A eliminação da discriminação da mulher e o seu avanço social”. Esse evento foi importante para registrar a legitimidade de atuação política desses grupos, antes restritos aos espaços privados.

No Brasil, essa efervescência política impulsionou a articulação das mulheres que se voltaram para uma atuação pública. Dentre os movimentos de mulheres que surgiram nesse período dois são aqui destacados: o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) e o movimento feminista.

---

<sup>1</sup> MENDES, Ricardo Antonio Souza. (2013).

## O movimento Feminista da década de 1970

Para analisar os movimentos feministas brasileiros Celi Regina Jardim Pinto (2003) o faz a partir da perspectiva de ondas<sup>2</sup>, nessa concepção a primeira onda feminista estaria relacionada à luta por direitos civis nos anos de 1920 e a segunda onda feminista relacionada às liberdades sexuais, que teve início em meio a ditadura militar brasileira, em meados dos anos 1960.

No entanto, como alerta Joana Maria Pedro (2012), que também faz uma análise dos movimentos feministas a partir do conceito de ondas, essa forma de análise tem sido questionada, pois algumas pesquisadoras consideram que, ao contar a história dos movimentos feministas através da perspectiva de ondas, algumas narrativas não são contempladas.

Lená Medeiros de Menezes (2017) defende que não é possível considerar o movimento feminista a partir de ondas, visto que essa classificação não contempla conquistas anteriores. Diante disso, a pesquisadora defende que houve no Brasil um silenciamento das lutas e conquistas das mulheres, sobretudo das que foram desencadeadas por influência das revoluções, por isso ela diz que “Por motivos variados, a via das lutas femininas no contexto das revoluções acabou relegada ao passado, limitada a um ‘feminismo original’ que não dá conta das experiências revolucionárias que permearam a história do ocidente entre 1789 e 1917” (MENEZES, 2017, p. 24). Diante disso, a autora defende que a história dos movimentos de mulheres no Brasil deve ser pautada pelas revoluções que ocorreram entre os séculos XIX e XX e pelo processo de industrialização.

Já a pesquisadora Ynaê Lopes dos Santos (2017) retoma a autora Chimamanda Adiche para falar do *perigo da história única*, indo de encontro ao que Menezes chamou de *feminismo original*. No entanto, o objetivo de Santos é chamar a atenção para os movimentos feministas das mulheres negras, isso porque Santos considera que, ao contar a história dos movimentos feministas através da perspectiva de ondas, a única história contada é a do movimento feminista branco e de classe média. Por isso a autora questiona:

O que dizer das mulheres que desde a mais tenra idade tiveram que trabalhar para ajudar suas famílias? E as mulheres que, com suor do seu trabalho, sustentaram seus filhos e netos? E as mulheres negras (trabalhadoras em sua imensa maioria), que não eram contempladas pelo padrão de mulher e de feminino que estavam sendo defendidos? Parafraseando a incrível Sojourner Truth, não seriam elas mulheres? (SANTOS, 2017, p. 44).

---

<sup>2</sup> As ondas feministas são compostas por muitas manifestações de mulheres voltadas a questões comuns em períodos distintos da história.

Para que essas perguntas sejam respondidas a autora considera crucial que seja retomada a história das mulheres negras desde o período da colonização brasileira, isso se faz necessário para que seu protagonismo na luta contra o sistema escravocrata seja reconhecido, mas também para evidenciar a violência a qual essas mulheres eram submetidas dentro desse sistema.

Há outras autoras que chamam atenção para vertentes feministas que não foram contempladas pelo que Menezes (2017) chamou de “análises acadêmicas”. Para debater essa questão são exploradas as reflexões que Sônia Alvarez (2014) fez acerca do campo feminista.

Alvarez defende que os movimentos feministas estão no “campo discursivo de ação” (ALVAREZ, 2014, p. 13), e ao considerar que eles carregam em si o elemento do discurso ela faz uma análise narrativa de três momentos da trajetória dos movimentos feministas contemporâneos. Esses três momentos consistem em *centramento*, *descentramento* ou *mainstreaming* e *sidestreaming*.

O *centramento* está relacionado ao que a autora chama de *mito fundador do movimento feminista*. Para Alvarez esse mito consiste na contação de uma história única, por isso o uso de movimento feminista no singular e não no plural, que remete a década de 1970, colocando como principais questões as lutas contra a opressão da mulher, pela sua liberdade sexual e contra o regime militar. Contudo, a autora adverte que esse processo causou um apagamento da pluralidade do campo feminista, pois “[...] apesar de essa hegemonia discursiva ter delimitado estreitamente o que e quem compunha ‘o’ movimento feminista, o campo feminista contemporâneo no Brasil e em muito da América Latina de fato já nasceu plural e heterogêneo” (ALVAREZ, 2014, p. 23).

Em decorrência do apagamento dessa pluralidade Alvarez defende que o segundo momento, o *descentramento*, não admite a continuidade do mito fundador, pois com o fim do regime militar a democracia não admitia uma narrativa única, mas sim plural.

Mas a autora defende que, justamente quando é alcançada a pluralidade o campo feminista passa por uma institucionalização. As discussões que antes eram realizadas em coletivos autônomos passaram a ser realizadas em Organizações Não Governamentais (ONGs), o que Alvarez defende que não é uma característica apenas do Brasil, mas da América Latina.

Há outro ator que a autora defende ter sido crucial para a descentralização “do” movimento feminista, o Partido dos Trabalhadores (PT), pois ela afirma que ao estruturar sua organização interna, o partido abriu mais espaço para as mulheres em suas comissões e isso desencadeou em uma aproximação dos movimentos de base do partido com as camadas populares, difundindo as ideias feministas, o que desencadeou no terceiro período.

O terceiro momento, *sidestreaming*, é apresentado por Alvarez como sendo o atual e é marcado por uma articulação não institucionalizada, novamente voltada para os coletivos autônomos e protagonizada por jovens feministas. A principal característica desse momento é que não há uma disputa de narrativa, mas um consenso de que todos os movimentos feministas importam de igual maneira e eles devem instigar reflexões em outros campos da vida social.

Diante das discussões apresentadas pelas autoras acima, ao invés de tentar enquadrar o movimento feminista aqui analisado em alguma tipologia focaremos no período histórico, por isso o movimento aqui analisado foi intitulado de Movimento Feminista da década de 1970. Cabe ressaltar também que será utilizado aqui movimento feminista no singular, apesar de ele ser plural desde a sua formação, pois era um grupo específico que se intitulava feminista no período.

De acordo com Rosalina de Santa Cruz Leite (2004) há uma intrínseca relação entre o movimento feminista brasileiro e a luta contra a ditadura militar, isso não se dá apenas pelo contato das mulheres exiladas com as pautas feministas no exterior, mas também está relacionado aos movimentos de guerrilha.

A autora defende que o feminismo teve grande adesão das mulheres que atuaram na guerrilha porque na fase de maior repressão do regime militar, final da década de 1960, período no qual esses grupos tiveram suas ações minadas, foi a luta pelos direitos das mulheres que as encorajou a dar prosseguimento às suas ações políticas e a seguir na luta contra a ditadura militar.

A articulação dos grupos de mulheres ligadas ao movimento feminista seguia a mesma linha dos Estados Unidos e da Europa, onde eram realizadas reuniões privadas, organizadas por pequenos grupos de mulheres em suas residências para discutir as relações de dominação do corpo feminino.

Cabe ressaltar que, mesmo tendo a adesão de mulheres ligadas à guerrilha, o feminismo não foi bem recepcionado pelos demais grupos de oposição ao governo, isso está relacionado a duas grandes questões.

A primeira é que, de acordo com Leite (2004), esses movimentos tinham grande influência do pensamento Marxista e o fato de o movimento feminista ter eclodido primeiro em países capitalistas fez com que o feminismo fosse considerado um movimento burguês. O que vai se desdobrar na segunda questão, ao ser visto como um movimento oriundo da classe dominante, ele foi considerado um mecanismo da burguesia para dispersar os opositores do governo.

Para a autora esse discurso foi amplamente reproduzido inclusive entre as mulheres, pois a grande mídia, voltada aos interesses da classe média, propagava a ideia de que o feminismo fazia oposição ao feminino e a construção da feminilidade, o que fez com que as feministas atuassem quase isoladas dos demais grupos, mesmo defendendo as suas pautas.

De acordo com Leite (2004), a grande mídia tem muita influência sobre a construção de feminismo no imaginário feminino, isso porque é justamente na década de 1970 que há uma explosão do consumo de revistas femininas no Brasil, o que disseminou esse olhar preconceituoso e vazio com relação ao movimento.

Mas essa oposição entre feminilidade e feminismo não foi construída apenas pela grande imprensa, de acordo com os depoimentos coletados por Susel Oliveira da Rosa (2013), quando as mulheres ingressavam nos movimentos de guerrilha elas passavam por uma mudança estética, adotando estilos mais próximos aos dos que os homens utilizavam.

Essa transformação de visual, de acordo com Rosa (2013), não estava associada a um questionamento dos padrões de beleza, ela ocorria porque essas mulheres eram desencorajadas a participar dos movimentos pelo simples fato de serem mulheres, sendo consideradas frágeis para desenvolver as atividades propostas pelos grupos. No entanto, ao mudar de visual, se aproximando do que era considerado masculino, elas tinham uma recepção diferente, tendo uma maior aceitação.

Ressalta-se que além de não ter apoio dos demais movimentos sociais, o feminismo ao se expandir pelo território brasileiro também foi renegado pelo Estado. Isso porque, com base na influência que essas mulheres tiveram dos demais movimentos, prevalecia entre elas uma influência marxista “[...] no Brasil, a corrente socialista foi a que teve prevalência nesse período, não havendo disputa entre as correntes de existência mundial” (Leite, 2004, p. 48), logo o movimento era explicitamente de oposição ao regime militar.

Além disso, em entrevista concedida ao Instituto Vladimir Herzog (2011), Adélia Borges, Maria Lygia Quartim de Moraes e Rosalina de Santa Cruz Leite apontam que o feminismo critica a construção social feita em torno da figura mulher, e como dito anteriormente, em uma ditadura moralista era inadmissível defender que as mulheres não precisavam se restringir à vida privada, tampouco que elas não só podiam como deviam questionar a estrutura estatal.

Em mesma entrevista elas afirmam que, mesmo com a falta de apoio do Estado, uma medida adotada por ele foi fundamental para a disseminação das ideias feministas. O fato de o feminismo estar relacionado às mulheres fez com que o regime militar não desse importância

as articulações dessas mulheres, pois os dirigentes do país não acreditavam que elas estavam preparadas para uma vida política.

O descrédito dos militares associado às organizações em torno do Ano Internacional da Mulher alavancou as discussões realizadas pelos grupos, mas principalmente legitimou as articulações públicas dessas mulheres, desencadeando no surgimento de jornais feministas, na associação com sindicatos, no diálogo com os membros de partidos que estavam na clandestinidade e com estudantes universitárias.

Essas movimentações geraram frutos ainda na ditadura militar, entre eles destaca-se os seguintes:

- A aprovação da Lei nº 6.515/1977 também conhecida como lei do divórcio;
- A autorização de qualquer prática esportiva por mulheres (1979);
- O ingresso de mulheres nas Forças Armadas (1980) e nas Forças Aéreas (1982);
- A implantação pela Polícia Civil da primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (1985).

Essas conquistas são importantes para legitimar as ações dos diversos grupos feministas, que seguem sendo hostilizados por outros movimentos sociais e pelo Estado, mesmo ele sendo democrático.

### **Formação e atuação do Movimento Feminino Pela Anistia**

O MFPA (1975) surgiu a partir da inquietação de suas fundadoras, entre as quais se destacam Ana Lobo<sup>3</sup>, Cristina Sodré Dória (Anexo II), Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini (Anexo III), Lila Galvão Figueiredo (Anexo IV), Margarida Neves Fernandes, Terezinha Godoy Zerbini, Virgínia Lemos de Vasconcelos e Yara Peres Santestevan. Sua organização foi impulsionada pelo Ano Internacional da Mulher, marcada por uma conferência realizada no México, evento no qual Terezinha Zerbini, nome de maior destaque do movimento, fez uma fala em tom de denúncia para chamar atenção para as violações de direitos humanos que estavam acontecendo no Brasil, legitimadas pelo Estado.

As fundadoras do MFPA, como forma de se proteger da repressão da ditadura militar, realizaram o registro do movimento no Cartório Medeiros como entidade civil, a medida foi considerada uma ferramenta inesperada de articulação, mas que se mostrou eficaz diante da situação política do país. Além disso, elas lançaram o Manifesto da Mulher Brasileira, reunindo

---

<sup>3</sup> Mãe de Elza Lobo.



cerca de 16 mil assinaturas em prol da anistia com o intuito de deixar evidente que elas eram apoiadas.

O objetivo principal do movimento, como o próprio nome indica, era atuar na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, para que os crimes pelos quais os presos políticos eram acusados fossem esquecidos e os exilados retornassem ao país.

Alinhada à questão da anistia, o movimento também foi peça fundamental na luta por direitos humanos, atuando na denúncia das violências cometidas pelo Estado. De acordo com a pesquisadora Fabíola Brigante Del Porto (2009), foi através dessa pauta que o MFPA conseguiu se articular com outros movimentos sociais.

De acordo com a autora, o fato de o movimento se registrar e atuar de forma combativa pela anistia fez com que os demais movimentos recuperassem o seu engajamento e retomassem às manifestações contrárias ao governo. Del Porto também defende que ao servir de exemplo para esses movimentos o MFPA conseguiu articulá-los em torno da defesa da redemocratização, colocando a luta por direitos humanos e civis como ponto fundamental para a saída da ditadura militar.

Apesar de ser o primeiro movimento organizado em torno da questão da anistia e ser o estopim para a articulação de outros movimentos sociais, o principal feito do MFPA foi outro, impulsionar a articulação política de mulheres que não tinham até então uma vida pública ativa.

Para garantir isso era inadmissível o ingresso de homens no movimento. Isso não está relacionado a uma exclusão dos homens, mas à consolidação do MPFA, pois uma vez que ele era articulado por mulheres, para, entre outras coisas, possibilitar seu engajamento político portanto, não seria coerente dar voz aos homens nesse espaço.

Essa era uma questão alinhada dentro do movimento; Terezinha Zerbini dizia que “Se tem homens, eles inibem. Porque a mulher não foi treinada, ela não tem velocidade mental porque sempre foi o homem que mandou. Ele sempre foi o chefe e patrão. Então as mulheres ficavam com medo de falar bobagem” (DUARTE, 2019, p. 3); seguindo essa mesma linha de raciocínio, Helena Greco (Anexo V), presidente do núcleo mineiro, considerava que “[...] os homens seriam bem vindos para apoiar, mas não para participarem do movimento, caso contrário, o mesmo deveria mudar de nome” (TEIXEIRA, 2015, p. 8).

De acordo com Lina Maria Brandão de Aras e Elza Argolo Correia (2017) o movimento procurou alinhar primeiramente as mulheres que tinham alguma relação afetiva com os/as presos/as e desaparecidos/as políticos/as, uma estratégia para sensibilizar as pessoas em torno da causa. Essa artimanha não era exclusividade das mulheres do MFPA, tampouco das brasileiras. A estratégia de utilizar o afeto como instrumento de luta também foi utilizada pelas

argentinas e chilenas como forma de combate às ditaduras em seus países, como apresentou Duarte (2007).

Quando essas mulheres se colocavam no papel de mãe, esposa e namorada elas estavam supostamente ocupando o lugar que lhes era resguardado pela ditadura, ao mesmo tempo que adquiriam legitimidade para cobrar o Estado e expor suas atrocidades, evidenciando sua articulação política.

O MFPA foi fundado enquanto um movimento nacional, levando a criação de núcleos regionais. Há controvérsias com relação à quantidade exata de núcleos, em entrevista Terezinha Zerbini chegou a afirmar que “Nós só não tivemos núcleo no Amazonas e nos territórios. No resto do país em todos os lugares” (DUARTE, 2007, p. 4), no entanto, de acordo com Aras e Correia o MFPA “[...] se espalhou por oito estados brasileiros (SP, BA, MG, CE, PB, RS, SE, PE)” (ARAS; CORREIA, 2017, p. 1). Essa disparidade com relação ao número de núcleos existentes pode evidenciar um certo exagero da parte do principal nome do movimento.

No entanto, apesar do possível exagero de Terezinha Zerbini, a forte articulação do movimento em todas as regiões do país é nítida. Diante disso, é preciso analisar o movimento com cautela, pois as regionais do movimento possuíam formas distintas de organização, apresentando divergências inclusive no que diz respeito a forma de atuação e objetivos do movimento.

Para entender as contradições do MFPA é necessário dar destaque a Terezinha Zerbini, figura central na análise do movimento, pois ela não estava apenas entre as fundadoras do movimento, mas também era responsável por organizar os núcleos regionais, escolhendo inclusive suas lideranças, além de articular as manifestações públicas do movimento. Diante do exposto, é possível compreender que a forma como Terezinha Zerbini concebia o MFPA tem grande relevância dentro do movimento.

Ela defendia que o movimento deveria ter como foco a luta pela anistia como forma de alcançar a redemocratização e consolidar direitos humanos, não cabendo ao MFPA a luta por uma transformação na estrutura social.

Essa postura de Terezinha levou-a a afirmar inúmeras vezes que o movimento não era feminista e que as pautas que ele levantava não deveriam ser debatidas naquele momento, pois tiravam o foco do que ela considerava serem os principais objetivos dos movimentos sociais: a luta pelo fim da ditadura e a conquista da anistia.

Contudo, como dito anteriormente, essa forma de pensamento não era hegemônica. Ao analisar as regionais mineira e cearense é possível notar que havia grande diferença entre a

forma que esses núcleos se estruturavam e a maneira como Terezinha Zerbini idealizava o movimento.

Dentro dessas regionais era impossível pensar a redemocratização dissociada de uma reestruturação da sociedade civil e da luta por direitos humanos, na qual era inserida a luta contra o machismo, visto como algo que precisava urgentemente ser combatido, uma vez que os grupos eram compostos exclusivamente por mulheres.

Na visão das dirigentes das regionais de Minas, Helena Greco, e do Ceará, Nildes de Alencar Lima (Anexo VI), não bastava integrar a mulher a sociedade para que ela cumprisse seu papel de cidadã, era necessário também questionar o papel da mulher na sociedade, as relações sociais de gênero e a própria concepção de feminino, para então superar as barreiras estruturais do machismo.

No entanto, apesar das divergências com relação aos objetivos e formas de articulação entre as fundadoras<sup>4</sup> do movimento e as lideranças regionais, é preciso considerar que essa diversidade de pensamentos é esperada, pois uma vez que o MFPA se constituiu enquanto um movimento nacional, a pluralidade de opiniões pode evidenciar as alianças estabelecidas entre o MFPA e os demais movimentos sociais, demonstrando, como dito anteriormente, a sua capacidade de articulá-los em torno do fim da ditadura e em prol da anistia.

Além disso, essa diversidade evidencia que as outras pautas, apesar de terem suas relevâncias questionadas por Therezinha Zerbini, tinham um caráter legítimo, pois elas eram encorajadas a serem debatidas em um segundo momento, não a serem esquecidas.

Para tentar compreender como se dá essa resistência que Therezinha tem com relação a definir o MFPA enquanto feminista, assim como a surpresa esboçada ao ser taxada de feminista é preciso entender como a ativista de direitos humanos se constituiu enquanto militante.

## **AFINAL, QUEM ERA A CONTROVERSA THEREZINHA ZERBINI?**

Therezinha de Godoy Zerbini, comumente chamada de Therezinha Zerbini, nasceu na cidade de São Paulo-SP no ano de 1928, ela exerceu os ofícios de assistente social e advogada. Sua atuação política teve início ainda na Era Vargas e assim que foi dado o golpe militar em 1964 ela fez oposição ao regime.

---

<sup>4</sup> O termo é utilizado no plural porque as principais fundadoras do movimento, citadas anteriormente, estavam alinhadas com Therezinha Zerbini, no entanto, ela recebe destaque porque é comumente retratada como figura central do movimento.

Therezinha Zerbini era casada com o general Euryale de Jesus Zerbini (Anexo VII); responsável pelo exército de Caçapava-SP, ele resistiu a ditadura, por isso foi preso, reformado e cassado pelo regime. De acordo com Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini, filha mais velha do casal, em entrevista concedida ao Museu da Pessoa (2008), seu pai Euryale foi um dos quatro generais a ser contrário ao regime militar, ou seja, um dos poucos militares de alta patente a assumir essa posição.

Eugênia conta que, quando foi dado o golpe militar, o pai se apresentou ao Ministério de Guerra no Rio de Janeiro-RJ e ficou um tempo desaparecido, o que levou-a a acreditar que o pai estava morto. De acordo com seus relatos, sua mãe foi muito forte e fez várias movimentações até chegar ao paradeiro de seu pai.

Mas minha mãe, procurando meu pai e telefonando: “onde está? Eu sou a mulher do General Zerbini, eu não quero que soltem meu marido, mas eu quero saber onde está meu marido. Ele pegou um avião e foi ao Rio de Janeiro se apresentar e não sei mais onde ele está”. Telefonou para o Ministério da Guerra, porque ele se apresentou no Ministério da Guerra “onde ele está?” “Ah, minha senhora, tem presos em Belo Horizonte” ela telefonava, até que descobriu... Ela falou... O Castelo Branco era o Presidente em exercício, ela conseguiu falar com o Castelo Branco e disse que o meu pai conhecia, tinha sido ajudante do Castelo Branco, e finalmente descobriu, ele estava preso no Forte de Copacabana. Então minha mãe falou: “nós vamos para o Rio, para o Forte Copacabana” (ZERBINI, 2008)

Os relatos de Eugênia evidenciam que Therezinha acompanhou tudo o que aconteceu com o marido com indignação, pois além de ser um militar perseguido por seus colegas de profissão ele era contra um regime repressivo, o que impulsionou o engajamento político dela, na tentativa de defender os direitos de seu marido e de opositores a ditadura.

Após o episódio com Euryale, ele deixou de atuar como militar e passou a atuar no setor administrativo no município de Jacareí-SP, onde passava a semana e retornava para a casa, localizada na cidade de São Paulo-SP, no final de semana. Diante do que aconteceu com o marido, Therezinha logo se tornou uma referência contra o regime e, de acordo com sua filha Eugênia, era muito procurada em sua casa:

Em casa ia muita gente perseguida, ia muita gente fugida, e minha mãe com tudo isso que aconteceu com meu pai [...] tomou uma atitude absolutamente contra o Governo e qualquer movimento que fosse contra o Governo militar, ela se engajava. [...] ela fazia qualquer coisa para quem viesse pedir auxílio, desde esconder gente e dar fuga para as pessoas que precisavam fugir, arrumar dinheiro... Vamos dizer, era considerada o que chamavam de turma de apoio (ZERBINI, 2008).

Além de ter acompanhado de perto o que aconteceu com o marido, Therezinha foi presa duas vezes pela Operação Bandeirantes (Oban) por ter sido o elo entre Tito de Alencar Lima, o frei Tito (Anexo VIII), e Domingos Simões, proprietário do sítio onde foi realizado o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) no ano de 1968.

Ela foi presa pela primeira vez em novembro de 1969, no entanto, de acordo com a filha Eugênia (2008), ela ficou reclusa uma noite apenas para averiguação, deu seu depoimento e foi liberada na sequência. No ano seguinte, em fevereiro de 1970, ela foi presa novamente, ficou alguns dias na sede da Oban, depois foi encaminhada ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), e após seu julgamento foi transferida para o presídio Tiradentes, onde ela ficou na ala conhecida como torre das donzelas<sup>5</sup>, destinada às prisioneiras políticas.

Therezinha Zerbini ficou presa por aproximadamente seis meses e, em seus relatos ela afirma que não foi torturada pelo regime, no entanto, quando ainda estava na sede da Oban presenciou a tortura do frei Tito. Therezinha narrava com muito pesar a tortura que sofreu frei Tito.

O rosto dele vertia sangue, estava todo inchado, meu coração apertou. Ele chegou bem pertinho e me disse com um fiozinho de voz: “Dona Therezinha, a senhora sabia para que era o sítio, não sabia? E eu: “Tito, que o Espírito Santo te ilumine, meu filho. Claro que eu sabia. Claro”. E perguntei para os torturadores qual era o órgão que coordenava os estudantes. Por sorte, um dos gorilas respondeu: “A Une, a Une”. E eu disse, com a voz cheia de desprezo: “Tá vendo, Tito, até ele sabe”. E o Tito, coitadinho: “A senhora me perdoe”. “Te perdoar do que, meu filho? Que Deus perdoe esses monstros” (AMARAL, 2001, p. 22).

Esse conjunto de fatores, somado ao fato de já ter uma vida política no período de Vargas, contribuiu para o engajamento de Therezinha Zerbini na luta pela Anistia. Quando foi fundado o MFPA sua filha estava no terceiro ano do curso de direito e, como dito anteriormente, o nome de Eugênia aparece entre as fundadoras do movimento feminino pela anistia.

A vida política da filha de Therezinha sempre esteve atrelada à sua. Eugênia conta que cursou direito por causa da mãe, também advogada, que queria que a filha tivesse um emprego formal, pois não concordava com a profissão que ela havia escolhido, a de escritora.

[...] fui fazer Direito por acaso, porque eu queria ser escritora e de novo minha mãe entrou em cena “não, você precisa ter uma profissão” e ela dizia: “faça como fez a Lygia Fagundes Telles, a Lygia fez Direito e é escritora, mas é procuradora do IPESP

<sup>5</sup> O presídio Tiradentes, localizado na região central da cidade de São Paulo, era conhecido por prender prostitutas e traficantes. Quando as presas políticas começaram a chegar foi criada uma ala separada para elas, por causa disso, os presidiários do Presídio Tiradentes passaram a chamar a ala de torre das donzelas, em contraposição a predominância de prostitutas na ala feminina (LOBO, 2013).

[Instituto de Previdência do Estado de São Paulo], tinha um emprego, você precisa ter um emprego.” Então muito a contra gosto eu fui fazer Direito, e eu fazia Economia e Direito, eu fazia as duas... (ZERBINI, 2008).

Ainda em entrevista concedida ao Museu da pessoa (2008), Eugênia conta que desde os 13 anos acompanhava as reuniões que a mãe realizava e chegou a compartilhar seu quarto com secundaristas feridas envolvidas na “guerra” da Maria Antônia<sup>6</sup>.

Além disso, quando a mãe fora presa pela Oban, Eugênia a visitava com frequência e após o julgamento passou a visitá-la regularmente no presídio Tiradentes, às quartas com a avó Arminda, mãe de Therezinha, e aos sábados com o pai. Por ser menor de idade, ela tinha andava com facilidade pelo presídio, pois não era preciso autorização, e dentro do presídio ela ainda conseguia transitar tranquilamente entre a ala feminina e a ala masculina.

Devido a essa facilidade de deslocamento entre as alas, Eugênia atuava para garantir a comunicação não só entre as alas, mas para dar notícias de familiares, informar sobre prisões que poderiam prejudicá-los e auxiliar na rede proteção de pessoas que estavam fora.

Como eu era menor eu podia passar, porque era a ala feminina e a ala masculina, eu podia passar para os lados, porque tinha marido e mulher presos e tinha uma senhorinha, eu me lembro, a Ana Lobo. Ela tinha uma filha, Elza Lobo (Anexo IX), presa de um lado, e um filho preso do outro. Então ela dizia... Então, na hora que diziam: “agora vamos abrir a porta para quem passar para o masculino” muitas vezes eu passava, mas aí você vai perguntar por quê? Recado para mandar pra gente, para dizer que estava tudo bem. E também leva e traz: fulano foi preso, fulano abriu para cicrano, agora vão pegar... Enfim, aquelas histórias, e assim ia (ZERBINI, 2008).

Diante do exposto, é possível afirmar que, assim como os pais, Eugênia teve um papel na luta política contra a ditadura, evidenciando o engajamento de toda a família de Therezinha Zerbini.

No entanto, apesar de todo esse engajamento familiar, a dama da anistia, como Therezinha foi chamada por Marina Amaral, não era uma figura popular dentro do movimento. Tal fato tem origem nas divergências que líderes regionais, tais como Helena Greco e Nildes de Alencar Lima, tinham com a mais destacada fundadora do MFPA.

Essas divergências estavam relacionadas a maneira como elas acreditavam que deveria ser a anistia, Therezinha por exemplo defendia que a anistia deveria contemplar também militares, pois acredita que grupos de oposição à ditadura também cometeram seus erros.

---

<sup>6</sup> Conflito entre estudantes da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade presbiteriana Mackenzie, ocorrido entre os dias 2 e 3 de outubro de 1968, quando estudantes do Mackenzie tentaram interromper a angariação de fundos para o Congresso da UNE. O conflito terminou com a morte de um estudante secundarista, José Guimarães, que acompanhava os estudantes da USP.

Contudo, o maior embate estava em questões político-ideológicas. Para as dirigentes citadas acima, o movimento deveria assumir-se enquanto feminista, uma vez que era composto por mulheres e tinha entre seus principais objetivos impulsionar o engajamento político de mulheres que até então não tinham uma vida política ativa e nem tinham pretensão para iniciá-la.

Além disso, Helena e Nildes acreditavam que o movimento deveria lutar por uma mudança na estrutura de classes, pois acreditavam que além do machismo esse é um ponto chave na opressão sofrida pelas mulheres e por isso se consideravam feministas e comunistas, coisas que Therezinha de Godoy Zerbini jamais admitiu ser, mesmo tendo suas posições políticas associada a esses movimentos.

Nas entrevistas de Therezinha que foram analisadas, em nenhum momento ela disse claramente por que não se considerava feminista tampouco comunista, diante disso não é possível atribuir essa negação a algum fator com exatidão, mas a partir da entrevista de sua filha é possível levantar alguns pontos que podem estar relacionados a isso.

De acordo com Eugênia sua família era composta por católicos praticantes e essa referência da religião sempre esteve presente em sua vida. Sua avó Arminda, mãe de Therezinha tinha um perfil conservador, a ponto de não admitir que a filha estivesse presa, mesmo sendo uma presa política.

Agora o encontro das duas era de... Porque minha avó chorava muito, minha avó era uma mulher conservadora, leitora do Estado de São Paulo. Ela nasceu no final do século XIX, ela não era... Era daquelas pessoas que sempre diziam que o sangue pesa mais do que a água, e era a filha dela. Ela chegava lá, chorava e dizia: “eu não criei uma filha para ficar presa assim, com essas prostitutas, com ladrão” minha mãe dizia: “não mamãe, aqui é a ala política, é separado” “ah, mas eu vejo as presas comuns...” Porque o banho de sol, as presas políticas faziam com as presas comuns no presídio Tiradentes, tinha uma hora que elas... Eu sei que minha avó achava aquilo um horror, porque ela não tinha criado a filha para aquilo e que... (ZERBINI, 2008).

Era Arminda quem levava a neta, que também era sua afilhada, para conhecer as igrejas do centro de São Paulo quando Eugênia era criança. Tal qual a mãe, Therezinha também tinha um forte vínculo com a igreja.

A ligação de Therezinha com a religião influenciava até sua articulação política, tanto é que as principais figuras a quem estava ligada em sua atuação política eram os religiosos Dom Paulo Evaristo Arns (Anexo X) e Frei Tito.

Por mais que houvesse uma ala progressista dentro da igreja católica que se contrapunha à ditadura militar, existia uma ala conservadora e, como dito pela própria Eugênia,

a avó se enquadrava nesse perfil, e por ser mãe pode ter influenciado Therezinha em alguns aspectos.

Essa visão da mãe pode ter influenciado a forma como Therezinha olhava para o movimento feminista da década de 1970, pois nesse período eram questionadas coisas como liberdades sexual e de reprodução, questionamentos que ainda são tidos como tabus para a Igreja Católica enquanto instituição religiosa.

Além disso, em meio a infância de Therezinha foi conquistado o voto feminino no Brasil, ou seja, ela cresceu imersa em uma sociedade que desfrutava de conquistas voltadas para o movimento feminista da década de 1920, que lutava por direitos civis.

Diante disso vale ressaltar que essa vivência política de Therezinha é semelhante ao movimento feminista da década de 1920, pois o foco era a garantia de direitos cívicos através da articulação política de mulheres.

Com isso, é possível que Therezinha Zerbini não tenha se declarado feminista por não se identificar com o movimento da década de 1970, pois algumas reivindicações entravam em conflito com crenças religiosas das quais ela partilhava e por entender que o foco naquele momento era a luta pela garantia de direitos, os quais foram usurpados pela ditadura.

Com relação ao fato de não se declarar comunista, é necessário retomar novamente a entrevista que Eugênia concedeu ao Museu da Pessoa, isso porque ao lembrar episódios de sua infância e adolescência ela apresenta elementos que evidenciam a classe social em que a família estava e sua relação com isso.

Therezinha Zerbini atuava como assistente social no hospital Mandaqui enquanto o marido era general da Força Pública. Devido ao posto de general ocupado por Euryale a família tinha uma vida confortável e desfrutava de alguns luxos. Os filhos do casal estudaram em escolas renomadas como o Externato Ofélia Fonseca e o Colégio Rio Branco, eles iam para a escola acompanhados por um chofer e aos 13 anos Eugênia fez intercâmbio em Paris.

Ao que parece, mesmo exercendo o ofício de assistente social, Therezinha não questionava as relações entre as classes sociais, relações que ela vivenciava, pois trabalhava em um hospital popular da cidade e morava em um bairro nobre, o Pacaembu. O fato de ela não questionar essa estrutura, não admitindo ser chamada de comunista ou de ser associada a outro movimento de esquerda não torna Therezinha indiferente aos problemas sociais enfrentados pelas camadas populares, isso pode ser um indicativo de que ela tinha uma visão assistencialista da profissão que exercia, atuando no problema sem enfrentar a causa.

Contudo, é necessário tomar cuidado para que, o fato de ela não questionar a estrutura social, não cause um esquecimento de sua luta e dos ganhos que suas mobilizações junto ao



MFPA trouxeram. Para isso é importante evidenciar como se deu a relação entre o Movimento Feminino pela Anistia e o movimento feminista da década de 1970.

## **RELAÇÕES ENTRE O MFPA E O MOVIMENTO FEMINISTA (1970)**

### **Aproximações e distanciamentos entre os dois movimentos**

Apesar dessa pesquisa utilizar Therezinha de Godoy Zerbini como exemplo de ativista pelos direitos humanos, a qual considerava que o movimento feminista desviaria o foco do que ela considerava ser a principal questão do momento, a anistia, é preciso salientar que ela não era a única. Ela foi utilizada aqui devido a sua condição de fundadora e grande articuladora do MFPA.

Após visitarmos a história de Therezinha, foi levantada a hipótese de que ela não se declarava feminista por não se identificar com as pautas do movimento que se desenhava na década de 1970, o que não a impediu de lutar pelos direitos civis das mulheres. Mas quais elementos permitiram uma aproximação entre o MFPA e o movimento feminista da década de 1970?

A princípio destaca-se o engajamento das lideranças do MFPA para que as mulheres se reconhecessem enquanto personagens políticos, além de impulsionar essa articulação. Quando o movimento surgiu ele fora composto *a priori* pelas mulheres que possuíam vínculos afetivos com os presos políticos, sendo elas mães, irmãs, namoradas etc. Esses elementos unidos compõem uma relação familiar e parental que, sob o olhar da ditadura, deveria ser cuidada por mulheres em âmbito privado.

Quando essas mulheres são impulsionadas a sair de suas casas, cobrar respostas do Estado pelos entes que estão presos e vão às ruas manifestar sua indignação, elas saem do âmbito privado para ocupar espaços públicos e assumem seu papel de agentes políticos.

Além disso, outro elemento que possibilita essa aproximação é o fato de as líderes do movimento não atribuírem destaque aos homens que o apoiavam. Isso era uma estratégia de articulação utilizada justamente para não inibir a participação das mulheres, uma vez que elas não eram estimuladas a ocupar esses espaços que socialmente são destinados aos homens.

Outro ponto em comum entre os movimentos era a utilização de jornais como forma de divulgar as articulações do grupo, além de expor as ações arbitrárias dos militares. A utilização da imprensa era comum entre os grupos de oposição à ditadura, mas o Maria Quitéria (jornal

exclusivo do MFPA) assim como os jornais feministas (Sociedade Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio), era feito majoritariamente por mulheres e tinha como público-alvo as mulheres.

Com relação aos distanciamentos, é possível dizer que eles estão diretamente relacionados aos objetivos de cada movimento. Como o foco do MFPA era a conquista da anistia, as suas articulações eram voltadas a priori aos familiares de presos políticos, estendendo suas ações para pessoas vinculadas a outros movimentos posteriormente. Já as mulheres vinculadas ao movimento feminista eram, de acordo com Rosalina de Santa Cruz Leite (2004), em sua maioria oriundas da guerrilha e associadas a partidos políticos, mesmo assim não tiveram o apoio de outros movimentos.

Além disso, Fabíola Brigante Del Porto (2009) conta que o MFPA foi um importante articulador dos demais movimentos sociais, uma vez que impulsionou a retomada da articulação dos demais movimentos após o período mais rígido da ditadura, pois era colocado que a anistia era fator essencial para a retomada da democracia e conquista de outros direitos. Já o movimento feminista era visto como um elemento divisor, isso porque a sua causa, principalmente vinculada a liberdade sexual da mulher, estabelecia um nítido recorte sexual em suas discussões.

Outro ponto pouco citado, mas pode ser considerado um elemento de distanciamento, é a diferença geracional, a qual deve ser pontuada com cautela para que não se corra o risco de julgar nenhuma das partes de acordo com as gerações. Esse recorte foi feito por Leite (2004), que traçou o perfil das feministas na década de 1970 e o comparou com o das mulheres do MFPA porque, como dito anteriormente, esses movimentos chegaram a atuar em conjunto.

A autora menciona que as mulheres vinculadas ao MFPA são mais velhas, casadas e com filhos e conseqüentemente, mesmo tendo uma vida pública ativa não tinham uma vida política ativa. Já as mulheres vinculadas ao movimento feminista eram em sua maioria jovens e universitárias, ou seja, sua vida pública iniciou concomitantemente a vida política.

As experiências que essas mulheres tiveram em suas formas de atuação também eram distintas, de acordo com Leite (2004) boa parte das feministas atuaram na guerrilha, ou seja, de maneira clandestina, sendo que muitas delas se exilaram. Del Porto (2009), no entanto, aponta que, justamente para não ter que viver em uma espécie de clandestinidade, o MFPA foi registrado em cartório, como forma de se proteger burocraticamente do Estado ditatorial.

Outra coisa que as distancia, relacionada a sua forma de atuação, é o uso que os movimentos fazem da sua condição de mulher. Ana Rita Fonteles Duarte (2007) apontou que, assim como outros movimentos de mulheres da América Latina, as mulheres do MFPA fizeram uso da sua condição de familiar quase que de maneira apelativa, enfatizando que eram mães

chorando por seus filhos, esposas em busca de seus maridos etc. Já as mulheres que conduziam o movimento feminista, mesmo fazendo menção a essa condição, não a utilizavam como forma de ganhar apoio massivo.

Por fim, é importante mencionar como se deu o encerramento da atuação desses grupos enquanto movimentos sociais. Como dito anteriormente, o MFPA extinguiu suas atividades após a conquista da Anistia em 1979 e o movimento feminista ganhou um caráter “institucional” quando as mulheres associadas a ele passaram a dar enfoque a Constituinte, com o intuito de ter suas pautas contempladas e posteriormente estabeleceram relações que as vincularam a partidos políticos e a órgãos públicos.

É importante ressaltar que, além de destacar os movimentos de aproximações e distanciamentos entre os dois grupos aqui analisados, é importante salientar as conquistas que eles tiveram, afinal os dois são movimentos de mulheres e suas vitórias foram encabeçadas por elas.

### **E todas tiveram suas conquistas**

Mesmo já tendo citado ao longo do trabalho os êxitos que os movimentos tiveram, considero relevante abrir um espaço específico para isso, para que as diferenças entre os movimentos não tenham mais destaque do que as suas conquistas.

O MPFA, em meio a ditadura militar fortemente moralista e repressiva, conseguiu mobilizar mulheres que não tinham uma vivência política com o intuito de torná-las capazes de discutir seus direitos e o dos seus com firmeza.

O MFPA, por possuir uma pauta específica (o fim da ditadura e a concessão da anistia), também foi capaz de mobilizar outros movimentos sociais, pois, de acordo com Del Porto (2009), ele passou a articular em seu discurso a luta em prol da anistia e a mobilização em torno de outras lutas, pois só a partir da concessão da anistia seria possível discutir outros direitos humanos, mesmo após o fim do regime militar.

O fato de as mulheres do MPFA utilizarem da sua condição de familiares também foi exitosa, pois graças a isso elas conseguiram legitimar suas ações e ganhar apoio de outras pessoas que se solidarizaram com a sua dor.

Outro feito foi o de perceber a necessidade da criação de um veículo de comunicação próprio, destacando dessa maneira as suas mobilizações, ao mesmo tempo que impulsionavam outras pessoas a se articular em torno da causa por elas mobilizada. Esse trabalho foi realizado

*a priori* através do Sociedade Brasil Mulher e depois se desdobrou no Maria Quitéria, jornal exclusivamente voltado à anistia.

Como o MFPA foi o primeiro movimento a se articular em torno da anistia, também é possível atribuir a ele participação em sua conquista em 1979, mesmo que haja controvérsias com relação ao seu resultado foi um grande ganho relacionado ao objetivo que impulsionou a criação do movimento.

Partindo para as conquistas do movimento feminista da década de 1970, seu êxito também teve início na sua articulação, pois foi através dele que as mulheres vinculadas à guerrilha permaneceram mobilizadas politicamente contra o fim da ditadura e estabeleceram contato com as pautas feministas.

Outro feito importante foi o de dialogar com as mulheres das camadas populares, visto que além de entrevistar trabalhadoras fabris, da área rural, costureiras que trabalhavam em suas casas, candidatas a associações de bairros etc., elas passaram a dar informações sobre saúde da mulher, dicas de como tentar amenizar os danos causados pela alta do custo de vida, falar das dificuldades de arrumar empregos, da falta de creches e escolas, ou seja, havia uma articulação entre elas, como visto em trabalho anterior (SOUSA, 2017).

Também foi possível verificar que elas foram responsáveis pela articulação do primeiro jornal feminista durante o regime militar, o Sociedade Brasil Mulher, que tinha uma tiragem mensal de 10.000 exemplares, se tornando um importante veículo de comunicação não só no Brasil, pois eles também chegavam as brasileiras exiladas em países como a França.

O trabalho desenvolvido por elas no jornal rendeu frutos, pouco tempo depois surgiu o Nós Mulheres e o Mulherio, outros dois periódicos feministas que surgiram em meio a ditadura militar, sendo que o Mulherio em entrevista concedida ao Instituto Vladimir Herzog (2011) é apresentado por Adélia Borges, uma das criadoras do jornal, como um marco na luta do movimento feminista da década de 1970, pois ele só se torna viável porque suas idealizadoras conseguem recursos da Fundação Carlos Chagas para a manutenção do periódico, possibilitando uma melhor organização da equipe de redação.

Para Rosalina de Santa Cruz Leite (2004), o Mulherio representa o início da institucionalização das pautas do movimento, e isso as deixou mais motivadas para travar uma disputa pública em defesa de suas pautas, assim se encerrou o jornal e iniciou um processo de luta que levou a conquistas como a implementação das primeiras delegacias da mulher e Conselho Estadual da Condição da Mulher em São Paulo, local em que o grupo mantinha o maior número de lideranças articuladas.

## PARA CONCLUIR: REFLEXÕES PROPORCIONADAS PELO TRABALHO

Após conhecer um pouco mais sobre as relações estabelecidas entre as lideranças do Movimento Feminino Pela Anistia e as lideranças do movimento feminista da década de 1970 é preciso retomar Sônia Alvarez (2014) no que diz respeito aos dois primeiros momentos dos movimentos feministas. Antes disso, é importante frisar que os movimentos feministas estão estritamente no “campo discursivo de ação” (ALVAREZ, 2014, p. 13), ou seja, a ação é conduzida por um discurso que vai pautar as relações estabelecidas.

No que diz respeito às suas reflexões sobre o momento do *centramento*, ela nos alerta para os perigos relacionados ao *mito fundador do feminismo*, que coloca no singular a diversidade de lutas dentro do movimento. Ao fazer isso, a diversidade dos movimentos passa por um apagamento.

Esse *mito fundador*, a meu ver, não invisibiliza só a diversidade dentro dos movimentos feministas, ele também faz isso com a diversidade dos movimentos de mulheres. Quando estudamos movimentos de mulheres eles adquirem um certo *status* quando suas narrativas estão associadas de alguma forma às pautas feministas, mas quando seu discurso não apresenta de maneira direta relação com essas pautas ele vai para outro nicho, o de movimento social.

É importante frisar que de fato eles são movimentos sociais, e isso não é usado aqui de maneira pejorativa, mas com o intuito de chamar atenção para um outro campo de pesquisa que deve ser mais bem explorado, o dos movimentos de mulheres.

Quando Alvarez fala do segundo momento de atuação dos movimentos feministas, o *descentramento*, fica claro que um único movimento feminista não dá conta de explicar sozinho todas as lutas travadas pelas mulheres tampouco as conquistas que elas tiveram ao longo da história do Brasil.

No entanto, assim como o feminismo em seu modo singular não dá conta de explicar todo esse processo, sua pluralidade de vertentes também acaba sendo insuficiente para dar conta da multiplicidade dos movimentos de mulheres, pois nem todo movimento de mulheres se enxerga enquanto um movimento feminista, vide o caso do MFPA.

Contudo, ao analisar esses movimentos de mulheres é importante fazê-lo a partir de um recorte de gênero, isso porque ao se articular em torno de pautas específicas, essas mulheres, mesmo indiretamente, acabam de alguma forma se voltando para a luta dos seus direitos enquanto mulheres.

O MFPA, por exemplo, impulsionou as mulheres a defender a anistia, mas ao mesmo tempo mostrou às mulheres que o compunham que elas não precisavam se restringir aos espaços privados, que elas também eram agentes políticos potentes e tinham capacidade para mobilizar

as pessoas em torno da pauta que defendiam e que para isso só precisam ser incentivadas como os homens sempre foram ao longo da história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A memória como âncora da vida. Museu da pessoa. Disponível em <<https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/a-memoria-como-ancora-da-vida-48546>>. Acesso em 22 de setembro de 2020.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. In. Cadernos Pagu, nº 43, Campinas, 2014.

ARAS, Lina Maria Brandão de; CORREIA, Elza Argolo. A Participação das Mulheres no Movimento Feminino Pela Anistia – Um Estudo Sobre o Núcleo Baiano. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13<sup>th</sup> Women's Worlds. Florianópolis, 2017.

CARBONI, Maria Cecília Conte. Maria Quitéria – Uma ruptura pela anistia. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – Associação Nacional de História. São Leopoldo, 2007.

\_\_\_\_\_. Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

COSTA, Maíra Pereira da. Mulheres e a luta pela Anistia no Brasil. In: Plataforma Mulheres do Brasil. Disponível em <[https://www.plataformamulheresdobrasil.com/post/mulheres-e-a-luta-pela-anistia-no-brasil?fbclid=IwAR2Ep9\\_BASfo6hvJNTI7jCR6ZG\\_CdjNhrFQWGb1\\_DbVBvRTPHu7806EAAI](https://www.plataformamulheresdobrasil.com/post/mulheres-e-a-luta-pela-anistia-no-brasil?fbclid=IwAR2Ep9_BASfo6hvJNTI7jCR6ZG_CdjNhrFQWGb1_DbVBvRTPHu7806EAAI)>. Acesso em 07 de junho de 2019.

Conferências Mundiais da Mulher. ONU Mulheres - Brasil. Disponível em <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>> Acesso em 18 de março de 2020.

DEL PORTO, Fabíola Brigante. A Luta Pela Anistia no Regime Militar Brasileiro: A Constituição da Sociedade Civil e a Construção da Cidadania. In. Perseu, nº 3, Ano 3, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2009.

Dom Paulo Evaristo Arns. Biografias da resistência in. Memórias da Ditadura. Disponível em <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dom-paulo-evaristo-arns/>>. Acesso em 26 de dezembro de 2020.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Em guarda contra a repressão: as mulheres e os movimentos de resistência à ditadura na América Latina. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

\_\_\_\_\_. Movimento Feminino Pela Anistia – Militância e afeto na Luta Política Contra a Ditadura Militar Brasileira. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos. Santa Catarina, 2010.

\_\_\_\_\_. Terezinha Zerbini: protagonismo e ação política na luta das mulheres contra a ditadura. Anais do XIII Encontro Nacional de História Oral: História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade. Rio Grande do Sul, 2016.

\_\_\_\_\_. O Movimento Feminino pela Anistia na luta contra a ditadura no Brasil: entrevista com Therezinha Zerbini. In: Revista Estudos Feministas, v. 27, n.1. Florianópolis, 2019.

Elza Lobo. Vozes da Memória in. Torre das Donzelas. Disponível em <<https://www.torredasdonzelas.com.br/vozes-da-memoria-videos/elza-lobo/>>. Acesso em 26 de dezembro de 2020.

Eugênia Zerbini. Prêmio SESC de literatura, 2ª edição, 2005. Disponível em <<https://www.sesc.com.br/portal/site/premiosesc>>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

Euryale de Jesus Zerbini. Geni (Family Tree and Family History). Disponível em <[https://www.geni.com/photo/view/6000000037173733142?album\\_type=photos\\_of\\_me&photo\\_id=6000000037186664235](https://www.geni.com/photo/view/6000000037173733142?album_type=photos_of_me&photo_id=6000000037186664235)>. Acesso em 26 de dezembro de 2020.

FAUSTO, Boris. A ditadura militar e a transição para a democracia (1964-1984), in. História Concisa do Brasil. 2ª Edição, 4ª Reimpressão. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Vozes da oposição: ditadura e transição política no Brasil. Anais do Seminário 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro, 2004.

FRANCHINI, B. S. O que são as ondas do feminismo? in: Revista QG Feminista. 2017. Disponível em <<https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>>. Acesso em 10 de junho de 2020.



Frei Tito de Alencar Lima. Biografias da resistência in. Memórias da Ditadura. Disponível em <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/frei-tito-de-alencar-lima/>>.

Acesso em 26 de dezembro de 2020.

GLOBO Repórter – Vala Clandestina de Perus (1995). Publicado em 21 de janeiro de 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=yKBc7S4tSfU>>. Acesso em 08 de janeiro de 2021.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. 1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2014.

GRANATO, Fernando. Com USP à esquerda e Mackenzie à direita, batalha da Maria Antônia faz 50 anos. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 98, n. 32.687, 30 de set. de 2018. Ilustríssima. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/09/com-usp-a-esquerda-e-mackenzie-a-direita-batalha-da-maria-antonia-faz-50-anos.shtml>>. Acesso em 28 de setembro de 2020.

Helena Greco. A verdade, Minas Gerais, 05 de jul. de 2020. Disponível em <<https://averdade.org.br/2020/07/helena-greco-uma-lutadora-popular/>>. Acesso em 26 de dezembro de 2020.

KOTSCHO, Ricardo. Vala de Perus: a história do ossário clandestino das vítimas da ditadura. UOL, São Paulo, ano, nº, 30 nov. 2020. Balaio do Kotscho. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/colunas/balaio-do-kotscho/2020/11/30/vala-de-perus-caco-barcellos.htm>>. Acesso em 08 de janeiro de 2021.

LEITE, Rosalina de Santa. Cruz. A imprensa feminista no pós-luta armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres. Dissertação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

Lila Galvão Figueiredo. Folha de São Paulo, São Paulo, 07 de jul. de 2016. Cotidiano, Mortes, Obituário. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/07/1788033-mortes-desenhista-feminista-e-na-luta-pela-anistia.shtml>>. Acesso em Acesso em 20 de dezembro de 2020.

Madre Cristina Sodré Dória. Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), Brasília, v. 18, n. 1, p. 69, 1998. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931998000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931998000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional - algumas considerações sobre a Historiografia. Tempo e Argumento, v. 5, nº 10, Florianópolis, 2013.

MENEZES, Lená Medeiros de. Feminismo(s): reflexões sobre silêncios, resistências e descontinuidades. In. Lugar de Mulher: Feminismo e Política no Brasil. Oficina, Rio de Janeiro, 2017.

MOTA, Keli Rocha Silva. Feminismo contemporâneo: como ativistas de São Paulo compreendem uma terceira onda do movimento no país. In: Extraprensa, v. 11, n. 1. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/139729/137419>>. Acesso realizado em 26 de setembro de 2019.

Mulheres iniciam luta pela anistia: Movimento Feminino reclama a volta de exilados e a libertação de presos. Memorial da democracia. Disponível em <<http://memorialdademocracia.com.br/card/mulheres-abrem-luta-pela-anistia>>. Acesso em 07 de setembro de 2020.

Nildes de Alencar Lima. O vermelho – a esquerda bem informada, Ceará, 25 de jul, de 2011. Disponível em <<https://vermelho.org.br/2011/07/25/nildes-alencar-professora-para-transformar-o-ser-humano/>>. Acesso em 26 de dezembro de 2020.

PAULA, Adriana das Graças de. Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia, as Mães da Praça de Maio e os Intelectuais. Anais do XI Encontro Internacional da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas. Niterói, 2014.

PEDRO, Joana Maria. O FEMINISMO DE “SEGUNDA ONDA”. In. NOVA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRA. Contexto, São Paulo, 2012.

PINTO, Celi Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2003.

PROTAGONISTAS desta história. Diretor Ricardo Carvalho; Produtoras Márcia de Santa Cruz e Filó Silva. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2011. V. 31. 1 disco digital versátil (182 min.): digital.

\_\_\_\_\_. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2011. V. 39. 1 disco digital versátil (48min.): digital.

Quem somos. Centro de Memórias Queixadas Sebastião Silva de Souza. Disponível em <<https://cmqueixadas.com.br/quem-somos/#tab-id-2-active>>. Acesso em 08 de janeiro de 2021.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia entre a memória e o esquecimento. In: História Unisinos, v. 13, n. 2: mai./ago. de 2009.

ROSA, Susel Oliveira de. Mulheres. ditaduras e memórias – “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. Intermeios, São Paulo, 2013.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. O feminismo negro como um *lugar* de pertença e aprendizado. In. Lugar de Mulher: Feminismo e Política no Brasil. Oficina, Rio de Janeiro, 2017.

SARTI, Cynthia Andersen. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. Anais do XXI Congresso Internacional da LASA. Chicago, 1998

\_\_\_\_\_. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas, Florianópolis, 2004.

\_\_\_\_\_. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. In. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, 1988.

SOUSA, Michele Pereira. IMPRENSA ALTERNATIVA FEMINISTA: A ARTICULAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA. Monografia. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2017.

TEIXEIRA, Kelly Cristina. Helena Greco e o Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais: emoção e política na construção de uma biografia. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: Velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015.

TELES, Edson; CALAZANS, Marília. 29 anos da abertura da vala clandestina de Perus. In. Blog CAAF – Centro de antropologia e arqueologia forense. Disponível em <<https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/hide-blog-caaf/129-29-anos-da-abertura-da-vala-clandestina-de-perus>>. Acesso em 08 de janeiro de 2021.

Therezinha Zerbini. Biografias da resistência in. Memórias da Ditadura. Disponível em <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/therezinha-zerbini/>>. Acesso em 07 de setembro de 2020.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. Anais do IX Encontro Estadual de História – Associação Nacional de História. Rio Grande do Sul, 2008.

VIANNA, Claudia; BORTOLINI, Alexandre. Um mapa do combate ao gênero nos planos da educação brasileira. In. Perspectiva: Humanas, 3 de nov. de 2020 Disponível em <<https://humanas.blog.scielo.org/blog/2020/11/03/um-mapa-do-combate-ao-genero-nosplanos-da-educacao-brasileira/>>. Acesso e 16 de dezembro de 2020.

## ANEXO

Anexo I - Terezinha Godoy Zerbini (1928-2015) era advogada, assistente social e ativista pelos direitos humanos.



**Fonte:** Blog Memórias da Ditadura.

Anexo II - Célia Sodré Dória ou Madre Cristina Sodré Dória (1916-1997) pertencia a Congregação de Nossa Senhora - Cônegas de Sto. Agostinho, se formou em pedagogia, filosofia e psicologia (Sorbonne). Enquanto Dr<sup>a</sup> em psicologia fundou o Instituto *Sedes Sapientiae* (1977).



**Fonte:** Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC) – 1998.

Anexo III – Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini (1954) formou-se em direito pela USP, atuando na área de direito internacional. Atualmente trabalha como escritora e dedica-se principalmente a escrita literária. Em 2005 ganhou o prêmio SESC de literatura com o conto *As netas da Ema*.



**Fonte:** Prêmio SESC de literatura (2005).

Anexo IV – Lila Galvão Figueiredo (1922-2016) ingressou na faculdade Belas Artes (São Paulo-SP) aos 18 anos, mesmo não tendo concluído a graduação trabalhou sua vida toda fazendo ilustrações para livros, além de dar aula de artes em escolas públicas e fazer retratos. Seu último trabalho foi a ilustração do livro *A Relva Azul*.



**Fonte:** Folha de São Paulo (2016).

Anexo V – Helena Greco (1916-2011) foi uma renomada ativista pelos direitos humanos, seu ativismo lhe rendeu prêmios e distinções como Medalha Chico Mendes de Resistência (1995), Prêmio Cidadania Mundial (1999) e Prêmio “Che” Guevara (2002).



**Fonte:** A verdade (2020)

Anexo VI – Nildes de Alencar Lima (1934) é magistrada e em 1964 fundou o Instituto Educacional de Alencar, o qual não seguia os princípios educacionais do regime militar. Além disso, Nildes atuou na luta pela anistia como forma de honrar a memória de seu irmão, Frei Tito.



**Fonte:** O Vermelho: A esquerda bem informada (2011).

Anexo VII – Euryale de Jesus Zerbini (1908-1982) e era general do exército de Caçapava-SP. Ele foi um dos quatro generais contrários ao regime militar, ou seja, um dos poucos militares de alta patente a assumir essa posição, por isso foi preso, reformado cassado pelo regime.



**Fonte:** Geni (Family Tree and Family History)

Anexo VIII – Tito de Alencar Lima (1945-1974) nasceu no Ceará, onde tornou-se Frade da igreja católica. Frei Tito mudou-se para São Paulo para cursar filosofia. Em 1968 foi responsável por organizar o 30º Congresso da (UNE), motivo pelo qual foi preso e torturado.



**Fonte:** Blog Memórias da Ditadura



Anexo IX – Elza Lobo (1937) trabalhava no setor de Planejamento do governo paulista e militava na ação popular, motivo pelo qual foi presa em 1969. Após deixar o presídio Tiradentes em 1971 ela exilou-se e só retornou ao Brasil em 1979 com a conquista da Anistia. Por causa de seu exílio, sua mãe, Ana Lobo, entrou para o MFPA.



**Fonte:** Torre das Donzelas

Anexo X – Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016) teve sua vida dedicada as atividades pastorais da igreja católica, sobretudo nas periferias atuando nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), além de lutar pelos direitos humanos durante a ditadura militar.



**Fonte:** Blog Memórias da Ditadura